



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 70/XIII/ 2.ª SL

Aos 19 dias do mês de abril de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*

2. *Apreciação e votação da Ata n.º 69, relativa a 12 de Abril de 2017;*

3. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 768/XIII/2.ª, do PSD, que «Recomenda ao Governo que adote um modelo de gestão para o Centro de Medicina Física e de Reabilitação do Sul que responda às reais necessidades dos utentes do Serviço Nacional de Saúde servidos por aquela unidade especializada» e do Projeto de Resolução n.º 794/XIII/2.ª, do BE, que «Recomenda ao Governo que mantenha o Centro de Medicina Física e de Reabilitação do Sul na esfera pública, dotando-o de uma ampla autonomia e com os recursos humanos, técnicos e financeiros necessários ao seu pleno funcionamento»;*

4. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 23/XIII/1.ª, do PSD, que «Recomenda ao Governo a necessidade de construção de um novo Hospital para a Madeira», do Projeto de Resolução n.º 192/XIII/1.ª, do PS, que «Recomenda ao Governo a construção do novo Hospital para a Madeira» e do Projeto de Resolução n.º 233/XIII/1.ª, do PCP, que «Considera a construção do novo Hospital da Madeira como projeto de interesse comum»;*

5. *Outros assuntos.*

*10:30 Audição, a requerimento do BE, da Diretora do Programa Nacional para as Hepatites Virais, Dra. Isabel Aldir, sobre «as medidas tomadas pelas autoridades nacionais para acautelar respostas ao surto epidémico de hepatite A».*

---

#### 1. Informações

O Presidente deu conta de ter sido enviado à Comissão, pela CAE, o Relatório sobre «Portugal na União Europeia 2016», o qual foi distribuído ao PSD para elaboração de parecer. Informou ainda que tendo sido recebido e distribuído o parecer do CNPMA sobre a PPL n.º 42/XIII/2.ª, que o Presidente daquele Conselho se comprometeu a



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 70/XIII/ 2.ª SL

remeter aquando da sua última audição em Comissão, fixa o prazo para apresentação de propostas de alteração à PPL n.º 42/XIII/2.ª até ao próximo dia 8 de maio.

Propôs ainda que fosse efetuada a discussão e votação do requerimento ontem apresentado pelo PCP, solicitando a audição do Diretor-Geral da Saúde a propósito dos casos de sarampo que têm ocorrido, o que foi aceite.

A Deputada Carla Cruz apresentou o requerimento, explicando a importância de se ouvir o Diretor-Geral face ao surgimento de casos de sarampo a que se tem assistido nos últimos meses, de forma particular nas últimas semanas, porque entende que a Assembleia da República não pode alhear-se desta problemática.

Não havendo intervenções dos Deputados, o Presidente colocou o requerimento à votação, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

#### 2. Apreciação e votação da Ata n.º 69, relativa a 12 de Abril de 2017

A ata n.º 69, relativa a 12 de abril, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

#### 3. Discussão do Projeto de Resolução n.º 768/XIII/2.ª, do PSD, que «Recomenda ao Governo que adote um modelo de gestão para o Centro de Medicina Física e de Reabilitação do Sul que responda às reais necessidades dos utentes do Serviço Nacional de Saúde servidos por aquela unidade especializada» e do Projeto de Resolução n.º 794/XIII/2.ª, do BE, que «Recomenda ao Governo que mantenha o Centro de Medicina Física e de Reabilitação do Sul na esfera pública, dotando-o de uma ampla autonomia e com os recursos humanos, técnicos e financeiros necessários ao seu pleno funcionamento»

A Deputada Carla Cruz solicitou o adiamento deste ponto da ordem do dia, uma vez que o PCP deu entrada do PJR n.º 815/XIII/2.ª, sobre esta mesma matéria, que ainda não baixou à Comissão.

Não havendo oposição por parte dos Grupos Parlamentares presentes, este ponto foi adiado para uma próxima reunião.

#### 4. Discussão do Projeto de Resolução n.º 23/XIII/1.ª, do PSD, que «Recomenda ao Governo a necessidade de construção de um novo Hospital para a Madeira», do Projeto de Resolução n.º 192/XIII/1.ª, do PS, que «Recomenda ao Governo a



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 70/XIII/ 2.ª SL

construção do novo Hospital para a Madeira» e do Projeto de Resolução n.º 233/XIII/1.ª, do PCP, que «Considera a construção do novo Hospital da Madeira como projeto de interesse comum»

O Deputado Miguel Santos solicitou a retirada da discussão do PJR n.º 23/XIII/1.ª da ordem do dia, uma vez que o PSD vai requerer o agendamento da discussão deste PJR em plenário. A Deputada Carla Cruz informou que também solicitará o agendamento da discussão do PJR n.º 233/XIII/1.ª para plenário.

O Deputado Carlos Pereira disse considerar que se deixa de ter sentido discutir o PJR em Comissão, também deixa de fazer sentido discuti-lo em plenário. Acrescentou que o cofinanciamento para a construção do Hospital da Madeira está assegurado, que o processo está a ser articulado entre o Governo e a Região Autónoma da Madeira e que têm sido feitas reuniões para alinhar estratégias, visando a construção do novo hospital, havendo matérias que não estão ainda completamente resolvidas. Contudo o PS retira também o PJR n.º 192/XIII/1.ª da ordem do dia.

10:30 Audição, a requerimento do BE, da Diretora do Programa Nacional para as Hepatites Virais, Dra. Isabel Aldir, sobre «as medidas tomadas pelas autoridades nacionais para acautelar respostas ao surto epidémico de hepatite A»

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o requerimento, que se prende com a necessidade de saber se a reação da DGS ao surto de hepatite A foi suficientemente célere, uma vez que já no ano passado foram feitas alertas para a possibilidade da sua ocorrência em vários países e também o GAT disse publicamente, em dezembro de 2016, ter tido conhecimento, pela Ordem dos Médicos, de um número de casos elevado. Pediu informações atualizadas sobre este surto, perguntando como está a evoluir, que medidas estão a ser tomadas no terreno, se o *stock* de vacinas é suficiente, porque é que a norma só foi publicada em março e já foi revista várias vezes e porque não existe ainda um plano nacional para hepatites virais.

O Deputado Luís Vale referiu que o PSD está preocupado com este surto, pois em dezembro começaram a surgir casos e já estamos com falta de vacinas. A norma de 9 de abril refere de facto os cuidados a ter, o que os médicos devem fazer e como se processa a vacinação, mas é preocupante que até março existissem 160 casos e que hoje sejam 199, pelo que são necessários esclarecimentos.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 70/XIII/ 2.ª SL

O Deputado António Sales deu conta de que os surtos também se estão a registar noutros países, perguntando o que justifica este crescimento, se é só uma questão técnica ou também se prende com outras de ordem comportamental e porque houve uma reação mais tardia do que noutros países, pois só aconteceu em março.

A Deputada Isabel Galriça Neto destacou ser um privilégio ouvir os responsáveis por estas questões, sendo importante que a Assembleia da República esteja devidamente esclarecida. Há um número de casos relevante e poderão surgir outros surtos, por isso pergunta que balanço se pode fazer, como se poderá atuar preventivamente e melhorar a resposta tardia que aconteceu, se há condições, atualmente, para fazer face a futuros surtos, designadamente em termos de *stock* de vacinas, e se pode assegurar que todos os que precisarem de vacinas as terão.

A Deputada Carla Cruz pediu alguns esclarecimentos a propósito da ideia que existe de que houve uma resposta tardia, perguntou como se distribuem os casos do ponto de vista geográfico, o que se passa com as vacinas, se são ou não suficientes e se não seria vantajoso incluí-las no plano de vacinação.

A Diretora do Programa Nacional para as Hepatites Virais respondeu às questões colocadas explicando, nomeadamente, como tem evoluído a imunidade da população, sendo que mais de 95% dos que têm mais de 50 anos está imune. Todos os anos em Portugal existem alguns casos e deu conta de estatísticas sobre o que tem acontecido desde 2015. Em dezembro de 2016 é que surgiu o primeiro comunicado europeu e os dados em Portugal, à data, não levantavam questões, mas manteve-se uma vigilância mais apertada. Fez notar que é preciso que exista um certo número de casos para que se possa falar de surto. Houve sempre articulação com as ARS e foi feito um pedido de reforço da sensibilização dos médicos para que fizessem as notificações. O Infarmed também tem trabalhado com a DGS, no que se refere às vacinas, sendo que existem 12.000 que terão de ser geridas no primeiro semestre de 2017, havendo depois um reforço no segundo semestre. Por isso a DGS chamou a si todas as vacinas para que seja vacinado quem mais beneficia de o ser. O *stock* de vacinas foi antecipadamente avaliado, em fevereiro, e não consta do Plano de Vacinação, tal como acontece na maioria dos países da UE, por razões de custo/efetividade. Há grupos específicos que beneficiam da vacinação como sejam homens que praticam sexo com homens e também os viajantes. Depois de algumas orientações, para as quais a DGS ouviu sociedades científicas e a sociedade civil, surgiu a 9 de abril a



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 70/XIII/ 2.ª SL

primeira norma de orientação clínica, com carácter normativo. A DGS acompanha diariamente a situação e todas as segundas feiras dá conta da curva epidémica. Enunciou de seguida diversos dados reportados a 17 de abril. Concluiu dizendo que concorda com a necessidade de se refletir sobre o que correu bem, como seja a forma serena e tranquila como a DGS se articulou com as instituições e a sociedade civil, e sobre o que correu menos bem, como seja a forma como foi gerida a informação, pois todo o esforço que foi feito pode ser entendido como falta de atenção, e a verdade é que já havia trabalho feito antes de ter sido constatado o surto.

Pediram explicações adicionais, a que a Diretora do Programa respondeu, os Deputados Luís Vales, António Sales, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz.

O Presidente agradeceu a forma como foi exposta esta matéria e os esclarecimentos prestados. Disse que a Diretora pode contar com a Comissão de Saúde, da qual terá toda a colaboração.

A audição pode ser consultada neste [link](#).

A reunião foi encerrada às 11:50 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 abril 2017.

**O PRESIDENTE**

**(JOSÉ DE MATOS ROSA)**



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 70/XIII/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
António Sales  
Carla Cruz  
Isabel Galriça Neto  
Isaura Pedro  
José António Silva  
José de Matos Rosa  
Luís Graça  
Luís Soares  
Luís Vales  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Miguel Santos  
Moisés Ferreira  
Luís Vilhena  
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cristóvão Simão Ribeiro  
Domingos Pereira  
Eurídice Pereira  
Fátima Ramos  
João Gouveia  
Jorge Falcato Simões  
José Luís Ferreira  
Luísa Salgueiro  
Marisabel Moutela  
Ricardo Baptista Leite  
Teresa Caeiro